



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 517/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10964/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Benjamin Constant.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Elvis Presley Graça Souza, Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Relatório Conclusivo nº 38/2015 (fls. 1456/1486).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2302/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1487/1489).

8- Relator: Conselheiro Erico Xavier Desterro da Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Benjamin Constant. Exercício 2014.

Contas Irregulares. Alcance. Multa. Prazo. Recomendação à Origem. Notificação ao Interessado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Benjamin Constant, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, Sr. **Elvis Presley Graça Souza**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b”, “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Considerar em alcance o Gestor Responsável, ordenador de despesa Sr. **Elvis Presley Graça Souza**, no montante de **R\$ 54.579,04** (cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e quatro centavos), com devolução aos cofres públicos do município de Benjamin Constant, corrigidos, com fulcro no artigo 304, I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido às restrições acostadas nos itens 20.3 e 20.5 deste Voto;

9.3- Aplicar multa ao Sr. **Elvis Presley Graça Souza**, Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, exercício de 2014, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$ 8.800,00** (oito mil e oitocentos reais); em face do disposto nos itens 20.1 a 20.5, deste Voto;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa constante no item anterior aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 517/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5- Recomendar à origem:

9.5.1- Cumpra com maior rigor os itens 01-01-07-10-12-14-16 e 17 citados no item 18.3 do Relatório Conclusivo da DICAMI;

9.5.2- Que observe com maior rigor as exigências trazidas pela Lei nº 8.666/93, principalmente quanto a elaboração dos Projetos Básicos e Executivos de Obras e Serviços;

9.5.3- atentar para as determinações contidas nas Leis, Resoluções e a Lei Orgânica, deste Tribunal de Contas, que norteiam as regras das contas públicas, no intuito de melhor atender as exigências para o devido processo de prestação de contas;

9.6- Notificar o interessado com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e para, querendo, apresentar o devido recurso;

10-Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 14 de Junho de 2016.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Claudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA SILVA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição